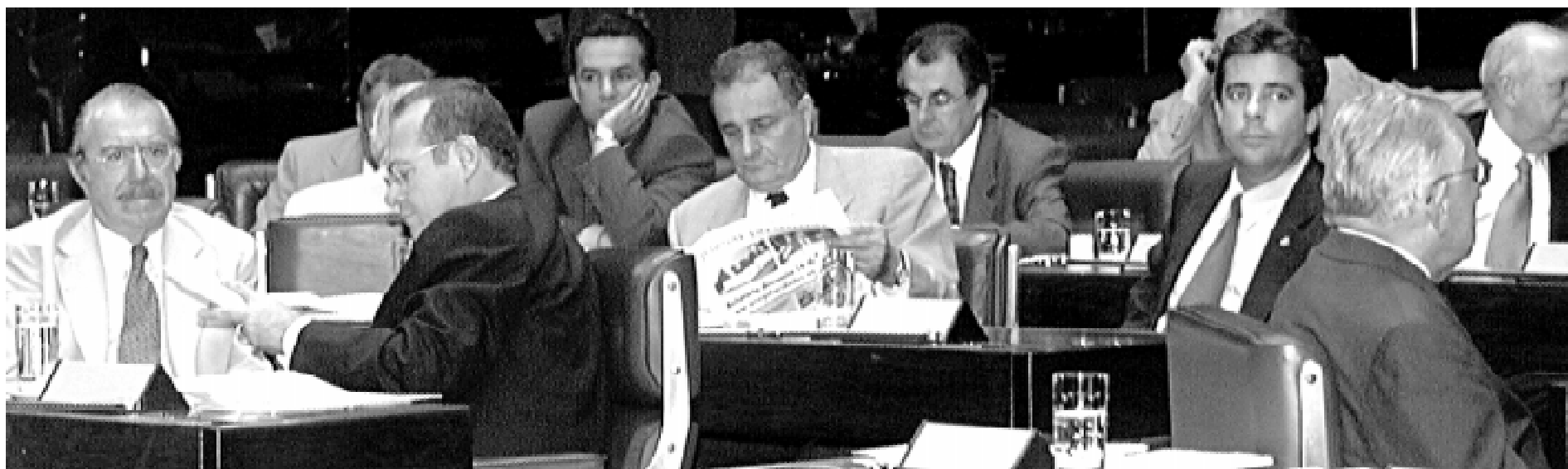


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.415 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2001



Durante a discussão do projeto que obriga a inclusão de bloqueadores nos aparelhos de TV, 18 senadores se pronunciaram favoravelmente. Na votação, a aprovação foi unânime

Televisores terão que conter bloqueador de programas

Plenário do Senado aprova projeto da Câmara que exige a inclusão, nos aparelhos de TV, de dispositivo eletrônico capaz de impedir a recepção de imagens consideradas inadequadas, como as de violência e sexo. Matéria vai à sanção presidencial

Congresso autoriza crédito suplementar de R\$ 6,1 bilhões

Diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e o Ministério Público receberão recursos de crédito suplementar aprovado na manhã de ontem pelo Congresso Nacional. O valor global do crédito chega a R\$ 6,1 bilhões.

PÁGINA 4



Em sessão realizada ontem pela manhã, o Congresso autorizou a abertura de créditos especiais

Os aparelhos de TV deverão conter dispositivo eletrônico que permita bloquear temporariamente a recepção de programas indesejados. A decisão foi tomada ontem pelo Senado, ao aprovar projeto da Câmara, que agora vai à sanção presidencial. O objetivo é coibir a exibição de imagens de extrema violência ou exploração do sexo.

PÁGINA 3



Geraldo Althoff aponta irregularidades e sugere indiciamento de vários dirigentes do futebol

CPI do Futebol vota hoje relatório de Geraldo Althoff

PÁGINA 2



Romero Jucá anunciou que a base governista iria obstruir parte da votação, mas a CCJ conseguiu iniciar a apreciação das emendas

CCJ avança na análise da reforma do Poder Judiciário

Comissão votou na manhã de ontem 17 emendas, das 247 apresentadas pelos senadores ao projeto.

PÁGINA 5

CPI vota hoje o relatório Althoff

Começa às 9h30 o exame do documento de mais de mil páginas que denuncia dirigentes de clubes e federações. Gilvam Borges promete apresentar voto em separado

A comissão parlamentar de inquérito que investigou irregularidades no futebol brasileiro concluiu hoje, a partir das 9h30, as suas atividades, votando o relatório do senador Geraldo Althoff (PFL-SC). O texto, de mais de mil páginas, relaciona uma série de irregularidades cometidas por dirigentes de clubes e federações e sugere o indiciamento de 17 pessoas. En-

tre elas, os presidentes da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, do Vasco da Gama, Eurico Miranda, e do Flamengo, Edmundo Santos Silva.

O relatório cita crimes de evasão fiscal, fraude cambial, evasão de divisas, sonegação de impostos, apropriação indébita e falso testemunho. Além disso, propõe alte-



rações na legislação esportiva. Althoff sugere a adoção de uma lei de responsabilidade social, segundo a qual o futebol passaria a ser tratado como atividade comercial. Os dirigentes seriam obrigados a publicar demonstrações financeiras e contábeis das entidades e poderiam ser responsabilizados civil e criminalmente por seus atos.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu vista do relatório – o que provocou o adiamento da votação de terça-feira para hoje – e anunciou a apresentação de voto em separado. Dele não deverão constar pedidos de indiciamento, mas solicitações para que o Ministério Público, a Receita Federal e a Polícia Federal aprofundem as investigações.

Álvaro Dias espera que estruturas do futebol “sejam sacudidas por onda de moralidade”

O presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou irregularidades na administração do futebol brasileiro, senador Álvaro Dias (PDT-PR), disse ontem que o maior inimigo enfrentado pelos integrantes da CPI foi a descrença nacional quanto a seus resultados. O senador pediu um julgamento rigoroso para os denunciados e mudanças urgentes na estrutura da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e das federações estaduais, além de mais ética na administração dos clubes. O relatório do senador Geraldo Althoff será votado hoje.



Presidente da CPI, Álvaro Dias recebeu aportes de apoio de diversos senadores

– Esperamos agora que as estruturas do futebol sejam sacudidas por uma onda de moralidade – afirmou.

Para o senador, as pessoas envolvidas com o futebol não devem mais permanecer coniventes diante das mazelas encontradas nos seus bastidores. A população está desiludida, alertou, e o país não suportará delongas judiciais.

Agradecendo a dedicação da equipe que trabalhou na comissão, Álvaro Dias registrou que a leitura do relatório, ocorrida na terça-feira, levou cerca de dez horas ininterruptas, no qual foram descritas irregularidades graves

simas na administração do futebol. O senador acrescentou que o relatório, além de propor o indiciamento dos principais dirigentes do futebol, como os presidentes da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, e do Clube de Regatas Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda, sugere também o aprofundamento das investigações pela Justiça, o que pode resultar em novos indiciamentos.

APARTES

Vários senadores elogiaram o trabalho realizado por Álvaro Dias e Geraldo Althoff. O sena-

dor Sebastião Rocha (PDT-AP) esclareceu que não tem qualquer reparo a fazer ao relatório e disse que o torcedor precisa saber que os recursos desviados vêm do ingresso pago por ele. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) reafirmou sua convicção de que a CPI prestou um grande serviço à nação.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou que a CPI fez um trabalho a favor dos torcedores e “dessa paixão nacional que é o futebol”. Já o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que o mundo vai saber que o Brasil, a partir de agora, terá um futebol mais organizado.

Por sua vez, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) afirmou que, a partir desse momento, o futebol passará a ter uma conotação mais séria. O senador José Fogaça (PPS-RS) recordou que, há alguns anos, houve uma tentativa de se fazer uma CPI do Futebol, que sucumbiu diante da pressão da imprensa esportiva. Por fim, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu a prorrogação da CPI para investigar ainda outras irregularidades, como as que ocorrem no futebol do Paraná e no Botafogo do Rio de Janeiro.



Procurador-geral da República foi recebido pelo presidente do Senado, Ramez Tebet

Brindeiro diz que investigações serão aprofundadas

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na manhã de ontem, em seu gabinete, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Ele veio em visita de cortesia e aproveitou a oportunidade para agradecer ao presidente o apoio dado pelo Congresso Nacional ao Ministério Público na aprovação de vários projetos, inclusive os créditos suplementares para pagamento de pessoal.

Brindeiro comentou os trabalhos da CPI do Futebol. Ele informou que o Ministério Público dará andamento às denúncias oferecidas pela CPI, tanto no âmbito civil como no criminal.

O procurador-geral negou a existência de créditos na proposta orçamentária do Ministério Público para 2002 destinados à conclusão da sede da Procuradoria Geral da República.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2001

Presidente
Ramez Tebet

9h30 – Recebe Cesar Gaviria Trujillo, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos

11h – Preside sessão deliberativa ordinária
15h – Recebe José Antônio do Nascimento Brito, presidente do *Jornal do Brasil*

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 59/01, autoriza o município de Juiz de Fora (MG) a contratar operação de crédito Finame, junto ao Banco ABN Amro Real, no valor de R\$ 6,8 milhões; PR nº 60/01, autoriza o município de Juiz de Fora (MG) a contratar operação de crédito com o Banco ABN Amro Real – Leasing, no valor de R\$ 1,2 milhão, para renovação da frota de veículos do município; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instruir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimentos nºs 678/01, do senador Mauro Miranda, solicitando o desapensamento do PLS nº 16/01 do PLS nº 133/99, e 680/01, do senador Pedro Simon, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 503/99, de sua autoria.

COMISSÕES

9h30 – CPI do Futebol
Pauta: discussão e votação do relatório final.
Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instruir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Aprovados nomes para embaixadas na Bélgica e Argentina

O Senado aprovou ontem mensagens presidenciais relativas à escolha dos diplomatas Synesio Sampaio Goes Filho, para ocupar a embaixada do Brasil na Bélgica, e José Botafogo Gonçalves, para representar o Brasil na Argentina. A decisão agora será comunicada ao Palácio do Planalto.

Na mesma sessão, o Senado devolveu à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que coloca o contribuinte em situação de igualdade jurídica com o fisco, tornando mútuos direitos e deveres e impedindo presunções negativas contra um e outro. A decisão atendeu a requerimento do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) que, referindo-se à audiência em que o projeto foi debatido com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, alegou ser mais conveniente que o texto seja reexaminado pela comissão.

CRE acolhe indicações de diplomatas

Em reunião extraordinária, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações presidenciais para duas embaixadas brasileiras e para a Chefia da Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração, localizada em Montevideu (Uruguai).

Para a embaixada brasileira nas ilhas caribenhas de Barbados, foi aprovado o diplomata Orlando Galvêas Oliveira; para a embaixada na Grécia, foi aprovado Roberto de Abreu Cruz; e para chefiar a delegação brasileira em Montevideu, foi aprovado o diplomata Bernardo Pericás Neto. A aprovação final depende ainda de votação em Plenário.

Segundo o presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), a reunião extraordinária foi convocada a pedido do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, pois não haveria prazo regimental suficiente para que os indicados pudessem passar pela votação em Plenário e, eventualmente, tomar posse nos respectivos cargos.

Aparelhos de TV terão que conter bloqueador de programas inadequados

Projeto da Câmara dos Deputados, aprovado ontem pelo Plenário do Senado, determina a inclusão de um dispositivo eletrônico capaz de impedir a recepção de imagens indesejadas

Os aparelhos de televisão produzidos ou comercializados no Brasil terão que conter dispositivo eletrônico (uma plaqueta de silício chamada *chip*) que permita o bloqueio temporário da recepção de programas considerados inadequados. A decisão foi tomada ontem pelo Senado, ao aprovar projeto da Câmara, que agora vai à sanção presidencial.

O texto atribui ao Executivo a tarefa de classificar toda a programação veiculada pelas emissoras abertas ou por assinatura. O bloqueio de sinal será conseguido mediante a utilização de código alfanumérico previamente programado ou pela adoção de



Casildo Maldaner e Juvêncio da Fonseca deram pareceres favoráveis ao projeto que exige bloqueador de programação

sinal transmitido juntamente com os programas que contenham cenas de sexo ou violência.

O autor do projeto, deputado Cunha Bueno (PPB-SP), informou ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que o *chip* custa em torno de US\$ 2. O projeto veda a comercialização de aparelhos de televisão

que não disponham desse mecanismo bloqueador e determina que o Executivo estabeleça medidas de estímulo para que os atuais televisores existentes no mercado e os que serão comercializados venham a conter o dispositivo.

O projeto chegou ao Plenário com pareceres favoráveis dos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), que os relataram, respectivamente, nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação. Em seus pareceres, eles disseram que o controle da programação televisiva originou-se de debates que vêm tomando corpo em várias partes do mun-

do acerca do binômio televisão-violência.

Maldaner observou que a influência da televisão na formação infantil tem motivado a busca de soluções que sirvam de contraponto ao poder exercido por esse meio de comunicação sobre as crianças. Juvêncio da Fonseca afirmou que o projeto nada tem a ver com censura. Conforme explicou, o objetivo é coibir a facilidade que existe hoje para a exibição de programas de extrema violência e praticamente de sexo explícito que, em sua opinião, constremem qualquer família.

Ao anunciar que enviará o projeto à sanção presidencial, o presidente do Senado, Ramez Tebet, homenageou o deputado Cunha Bueno, que se encontrava em Plenário e recebeu cumprimentos de vários parlamentares.

Senadores elogiam proposta e afirmam que não se trata de censura oficial

O projeto que obriga a indústria de televisores a utilizar um dispositivo eletrônico que permita o bloqueio temporário da programação teve o apoio unânime do Plenário e a manifestação verbal de 18 senadores.

O primeiro a falar foi o senador Juvêncio da Fonseca, relator da matéria na Comissão de Educação, que criticou a excessiva exposição das crianças à violência e à erotização precoce propiciadas pela televisão.

Líder do governo, o senador Ar-

tur da Távola (PSDB-RJ) disse que a utilização do sexo, da violência e do grotesco está crescendo na televisão brasileira. Ele louvou o fato de que o projeto resolve o assunto sem censura oficial, mas com tecnologia. E salientou que não será o Estado que bloqueará a programação, e sim a família.

O senador José Fogaça (PPS-RS) também explicou que o projeto não fere a Constituição, porque não institui censura do Estado. E ressaltou não ser partidário da tese de que a obra de arte difundida

pela televisão ensina violência. "A arte não é escola de violência, é escola de vida e é um caminho para as escolhas emocionais que nossos filhos um dia terão que fazer", afirmou.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que a valorização do sexo e da violência na TV está agredindo a família e observou que nunca se viveu um momento de tamanha banalização desses assuntos. "As mulheres estão profundamente aviltadas nos nossos meios de comunicação, até por convívio,

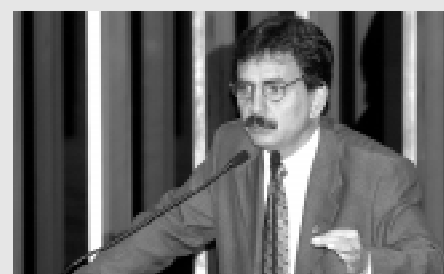
porque não se rebelam contra isso", reclamou.

Também se manifestaram em apoio ao projeto os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Geraldo Cândido (PT-RJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), Antero de Barros (PSDB-MT), Pedro Simon (PMDB-RS), Alberto Silva (PMDB-PI), Carlos Patrocínio (PTB-TO), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Heloísa Helena (PT-AL), Ricardo Santos (PSDB-ES), Sebastião Rocha (PDT-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Coelho (PFL-PE) e Bello Parga (PFL-MA).

Plenário confirma aumento de recursos para regiões pobres

Em segundo turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que aumenta de 3% para 4% a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aplicada no financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foram registrados 69 votos favoráveis e nenhum contrário, e o texto agora vai à deliberação da Câmara.

Pela proposta, a divisão dessa receita passará a ser a seguinte: 0,9% para o Norte, 0,9% para o Centro-Oeste e 2,2% para o Nordeste, permanecendo a garantia da destinação ao semi-árido de metade dos recursos desta última região. Ademir Andrade apresentou a proposta argumentando que, se o Brasil não enfrentar os desequilíbrios regionais, os fluxos migratórios aprofundarão o desequilíbrio demográfico, com consequências ambientais, de abastecimento e de degradação da qualidade de vida das Regiões Sul e



Ademir Andrade adverte que miséria e exclusão social podem levar a um processo de secessão

Sudeste.

Ademir ressaltou, ainda, que, se forem mantidas a miséria e a crescente exclusão social das populações do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o Brasil pode ser conduzido a um processo de se-

cessão. De acordo com o senador, o atual fluxo dos fundos constitucionais tem sido insuficiente para compensar a natural concentração causada pelo livre jogo das forças de mercado.

Congresso garante R\$ 6,1 bi para órgãos dos três Poderes e o Ministério Público

O crédito suplementar, aprovado ontem, será destinado ao pagamento de aumento dos militares, despesas com pessoal e encargos sociais, gratificações, anuênios e antecipações

O Congresso autorizou ontem abertura de crédito suplementar no valor global de R\$ 6,1 bilhões em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União.

Segundo o relator da matéria, deputado João Coser (PT-ES), os recursos serão destinados ao pagamento de aumento dos militares, despesas com pessoal e encargos sociais, regulamentação de gratificações, anuênios, antecipação dos 28,86% aos portadores de doenças graves e quitação de sentenças judiciais incorporadas em favor de servidores.

Foi autorizada ainda abertura de crédito suplementar em favor da Justiça Eleitoral no valor de R\$ 12,2 milhões para despesas com pessoal. Com o mesmo objetivo, também foi acatado crédito suplementar para a Justiça Eleitoral e os ministérios da Saúde e da Cultura, no valor de R\$ 109 mil. O relator de ambas as matérias, deputado Ricardo Barros (PPB-PR), destacou que houve acordo entre líderes governistas e da oposição para votar projetos visando regularizar principalmente o pagamento de servidores públicos.

Para o Ministério das Relações



A sessão de ontem do Congresso Nacional, presidida por Ramez Tebet (D), também aprovou créditos para vários ministérios

Exteriores foi aprovado crédito suplementar de R\$ 94,8 milhões que deve cobrir custos de órgãos brasileiros instalados no exterior. O relator foi o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Para o Ministério do Planejamento, Orça-

mento e Gestão foi autorizado crédito suplementar de R\$ 1,2 milhão a ser utilizado na contratação de instrutores e modernização da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Em favor dos Ministérios da Fa-

zenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão foi autorizada abertura de crédito suplementar de R\$ 56,1 milhões.

IRRIGAÇÃO

Para o Ministério da Integração Nacional garantiu-se crédito especial de R\$ 24,4 milhões. O relator, deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), informou que os recursos contemplam projetos de investimento na área de irrigação e para a integração rodoviária e portuária do Pará. Ao mesmo ministério, foi aprovada suplementação de R\$ 900 mil destinada à melhoria da infra-estrutura hídrica no Piauí.

Em favor do Ministério da Saúde foi autorizada abertura de crédito especial no valor de R\$ 3,1 milhões para o pagamento de dívidas internas. O deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) informou que os recursos virão do cancelamento parcial de dotações originariamente alocadas para o pagamento da dívida externa da Saúde.

Ministério da Saúde receberá R\$ 315 milhões para ações contra a Aids

Na sessão de ontem o Congresso também autorizou a abertura de crédito suplementar de R\$ 315 milhões em favor do Ministério da Saúde. Segundo o relator, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), os recursos serão utilizados na prevenção e controle da Aids, além da assistência aos portadores de HIV e doenças sexualmente transmissíveis. O dinheiro servirá para a compra de medicamentos específicos para o combate ao HIV e de camisinhas.

Para a Justiça Eleitoral foi aprovado crédito suplementar de R\$ 1,4 milhão. O relator, deputado João Coser, acatou emenda que destina R\$ 25,4 milhões para o fundo partidário.

O Congresso também aprovou, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, das Comunicações e do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 59,7 milhões.

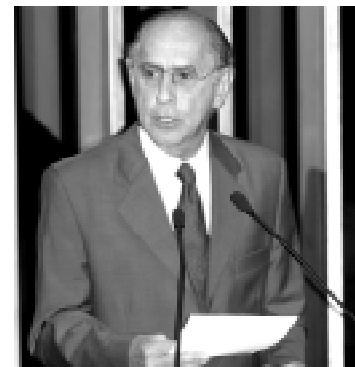
Parte dos recursos será destinada ao pagamento dos servidores selecionados para trabalhar com tratamento de esgoto na Agência Nacional de Águas. Para órgãos do Legislativo e Judiciário, o Congresso autorizou crédito suplementar de R\$ 8,5 milhões a ser utilizado no pagamento de auxílio-alimentação de servidores.

O Ministério do Meio Ambiente foi autorizado a receber crédito suplementar de R\$ 35,9 milhões. Para a Justiça Eleitoral foi aprovado crédito especial de R\$ 10,8 milhões. O relator, deputado João Almeida (PSDB-BA), explicou que o dinheiro servirá para atualização do sistema eleitoral e aquisição de novas urnas eletrônicas. O Congresso também concordou com a liberação de crédito especial de R\$ 550 mil para o Ministério da Previdência e Assistência Social. O deputado José Carlos Aleluia disse tratar-se da adequa-

ção de emendas parlamentares individuais.

Parecer do relator, deputado Luciano Castro (PFL-RR), favorável a abertura de crédito para os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no valor de R\$ 25,9 milhões, também foi aprovado.

Outro pedido de crédito suplementar aprovado garantiu para o Ministério dos Transportes R\$ 15 milhões. Os recursos serão utilizados na recuperação de rodovias. O último crédito especial aprovado foi no valor de R\$ 7,6 milhões, para os Ministérios da Educação e da Cultura.



Mauro Miranda: R\$ 1 bi será destinado em 2002 para recuperação de rodovias

Mauro aplaude decisão que beneficia rodovias

A destinação de cerca de R\$ 1 bilhão do Orçamento de 2002 para recuperação da infra-estrutura viária nacional recebeu elogios do senador Mauro Miranda (PMDB-GO). O valor, salientou, corresponde praticamente aos gastos efetuados pelo governo no setor nos últimos cinco anos.

Os recursos serão viabilizados pela instituição da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide), aprovada em primeiro turno pelo Senado semana passada. A Cide substituirá a Parcela de Preços Específica (PPE), cobrada sobre petróleo e combustíveis. A diferença entre os dois tributos é que a PPE não pode ser cobrada sobre o petróleo importado e sobre a produção interna privada. A flexibilização do monopólio da Petrobras levou o governo a propor a Cide.

Mauro defendeu urgência no esforço de recuperação das rodovias. Ele citou pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) que avaliou 45 mil quilômetros de estradas. Mais de 68% delas são classificadas como deficientes, ruins ou péssimas nos quesitos conservação, sinalização e segurança.

— Esse abandono significa uma verdadeira calamidade em um país que transporta 62% de suas cargas e 96% dos seus passageiros por estradas — afirmou Mauro, citando diversos trechos de rodovias em Goiás que estão em “péssimo estado de conservação”.

O senador apontou as vantagens de uma melhor conservação das rodovias. “Estradas bem conservadas possibilitarão reduzir o consumo de combustíveis, com evidente ganho de qualidade para o meio ambiente.” Parcela dos recursos da Cide será destinada ao financiamento da expansão do transporte coletivo nas regiões metropolitanas, informou.

Tebet elogia esforço dos parlamentares

O presidente do Senado, Ramez Tebet, agradeceu a deputados e senadores pelo esforço realizado na manhã e começo da tarde de ontem que resultou na votação, pelo Congresso Nacional, de 19 projetos de crédito suplementar e especial. Entre as matérias aprovadas, ele destacou a autorização para que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além do Ministério Público da União, possam receber crédito suplementar de R\$ 6,1 bilhões. Os recursos permitirão que o governo possa realizar o pagamento dos servidores civis e militares, lembrou Tebet.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) também comentou o trabalho do Congresso. Ele manifestou a certeza de que os funcionários públicos, sobretudo os militares, “que estavam angustiados, ficaram tranquilizados com a votação”.

Aprovadas 17 emendas à reforma do Judiciário

Para o relator da matéria, senador Bernardo Cabral, ritmo das votações não está sendo o esperado pela sociedade brasileira. Ele disse temer que proposta não seja integralmente votada este ano pelo Senado

Apesar de o senador Romero Jucá (PSDB-RR) ter anunciado, em nome das lideranças governistas, que os senadores da base de sustentação do governo iriam optar pela obstrução de parte da votação da proposta de reforma do Poder Judiciário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) conseguiu avançar, ontem, na análise da matéria, ao aprovar 17 emendas apresentadas ao parecer do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM). No total, foram sugeridas 247 emendas e 99 destaques para votação em separado (DVS).

Para Bernardo Cabral, o ritmo das votações não está sendo o esperado pela sociedade. Ele disse temer que, da maneira como vem ocorrendo, a reforma não seja votada integralmente ainda este ano.

Depois de observar que, acima de qualquer preferência político-partidária ou de corporação, deve prevalecer o desejo da so-

riedade por uma Justiça menos lenta, ressaltou que seu relatório sobre a proposta de reforma do Judiciário, enviada pela Câmara dos Deputados, foi apresentado há um mês, depois de um longo processo de discussão da matéria na Casa. Cabral acrescentou que, portanto, não procede o argumento do governo de que os parlamentares não estão suficientemente esclarecidos sobre o assunto.

— O trabalho que fiz foi insano e não tem por que alguém dizer que não conhece. Eles é que não querem votar, e o que posso dizer é que os *lobbies* estão atuando para impedir que a reforma prossiga — enfatizou.

O senador Romero Jucá informou que as lideranças, reunidas na noite de terça-feira, haviam conseguido chegar a um acordo em torno de somente 25 destaques, e ponderou que os demais precisariam ser analisados paulatinamente. Ele argumentou ain-



Senadores da Comissão de Justiça acolheram emendas mesmo com anúncio de obstrução da base governista

da, juntamente com os senadores José Agripino (PFL-RN) e Geraldo Melo (PSDB-RN), que também manifestaram a posição em favor da obstrução, que a reunião deveria ser encerrada, já que o Congresso estava realizando

sessão no mesmo horário.

O presidente em exercício da CCJ, senador Osmar Dias (PDT-PR), porém, manteve a reunião até o momento da ordem do dia da sessão conjunta do Congresso. Como o Regimento Interno

do Senado estabelece que, assim que começar essa etapa da sessão plenária todos os demais trabalhos em curso na Casa devem ser interrompidos, Osmar Dias teve de suspender a reunião da comissão.

Acolhida a exigência de lista tríplice para escolha do procurador-geral da República

O resultado de todos os 17 destaques para votação em separado (DVS) de emendas à reforma do Judiciário examinados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania mantém o parecer original do relator, senador Bernardo Cabral, tanto no que se refere às emendas rejeitadas quanto às emendas por ele acolhidas.

Em entrevista à imprensa, após a reunião, o relator destacou algumas das emendas apreciadas, como a que define a escolha do procurador-geral da República. Pela proposta de Cabral, a indicação será feita por meio de uma eleição entre os próprios membros do Ministério Público, que irão elaborar uma lista tríplice a ser submetida ao presidente da República. Este, por sua vez, fará a nomeação do escolhido após ouvido o Senado, sendo permitida a recondução ao cargo apenas por uma vez.

Os senadores Romero Jucá,



Na votação sobre o chefe do Ministério Público, prevaleceu proposta do relatório de Cabral

Pedro Simon (PMDB-RS) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) pediram votação em separado de emenda que pretendia manter o atual sistema de escolha. Nele, o procurador-geral é nomeado pelo presidente da República entre os integrantes da carreira e após a manifestação do Senado, sendo permitida a recondução ao cargo indefinidamente.

Outro DVS examinado, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), solicitava a ampliação, de um para três, do número de juízes federais

nos tribunais regionais eleitorais. Jucá, falando em nome do governo, pediu a aprovação do destaque, mas Cabral rejeitou o pedido, tendo sido mantido pela CCJ o número inicial — de apenas um juiz.

Cabral também saiu vitorioso quanto à composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que será, de acordo com seu parecer, formado apenas por membros do Judiciário. No DVS apresentado por Jucá e rejeitado pela CCJ, seriam incluídos no CNJ dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada indicados pela Câmara e pelo Senado.

O relator disse acreditar que dois outros temas poderão ser objeto de maior polêmica nas reuniões futuras: a "quarentena" dos candidatos ao Supremo Tribunal Federal e os precatórios. A próxima reunião da CCJ, para continuação da votação da reforma do Judiciário, está marcada para a próxima quarta-feira.

Nova regra para aposentadoria da mulher policial passa na CCJ

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovaram na reunião de ontem o parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) ao projeto de lei complementar de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que concede aposentaria especial à mulher policial.

O projeto de Romeu Tuma, que ainda depende de aprovação do Plenário do Senado, para depois ser enviado à deliberação da Câmara dos Deputados, pretende regulamentar a aposentadoria da policial, adequando a legislação específica sobre a polícia ao que estabelece a Constituição federal. A Lei Maior determina tempos de serviço diferentes para homens e mulheres, para efeito de aposentadoria.

A proposta define que a policial poderá se aposentar, voluntariamente, com 25 anos de contribuição, independentemente de sua idade, desde que conte com pelo menos 15 anos de exercício no cargo de natureza estritamente policial. A regra para o homem define 30 anos de contribuição.



Parecer favorável ao projeto foi apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves

APELO A TEBET

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem representantes da Associação Nacional das Profissionais de Segurança Pública. As policiais pediram ao presidente que o Plenário vote em regime de urgência, ainda este ano, o projeto de Romeu Tuma, permitindo a aposentadoria especial à mulher policial.

Ramez Tebet informou às policiais que, se o projeto de lei estiver dentro dos trâmites legais, nada impedirá que ele seja submetido à votação do Plenário até o dia 15 de dezembro, data em que o Congresso Nacional entra em recesso.

Mais recursos para habitação e saneamento

Relatório da área de planejamento e desenvolvimento urbano, apresentado à Comissão Mista de Orçamento, triplicou investimentos para o próximo ano nas duas áreas, e ainda nos setores de tratamento de lixo e transporte

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), relator da área de planejamento e desenvolvimento urbano do projeto de Orçamento 2002, aumentou em mais de três vezes os investimentos do governo para o próximo ano em saneamento, habitação, tratamento de lixo e transportes urbanos — de R\$ 188 milhões para R\$ 638 milhões. Ele apresentou ontem seu relatório setorial à Comissão Mista de Orçamento, informando que aceitou 1.840 emendas dos parlamentares, todas prevendo aplicações em projetos municipais e estaduais.

A quase totalidade das emendas foi feita ao orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (Sedu), ligada à Presidência da República. A proposta do governo previa um corte de 74% nos gastos da secretaria, mas com as emendas dos parlamentares o órgão voltará a contar com verbas próximas dos valo-



Leomar Quintanilha disse que emendas beneficiam projetos municipais e estaduais

res aplicados nos últimos anos. Quintanilha lamentou em seu relatório que o governo reserve para habitação popular, água potável, captação de esgotos e tratamento de lixo valores tão baixos, comparando-se com outros gastos da União, como

os juros da dívida pública.

Presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a comissão já conhece sete dos dez relatórios setoriais em que o Orçamento da União foi dividido. Os outros três podem ser apresentados e discutidos hoje, começando a seguir a sua votação. Os dez relatórios setoriais serão depois juntados em apenas um documento pelo relator-geral do Orçamento 2002, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP).

Carlos Bezerra acredita que a comissão conseguirá encerrar as votações do projeto no início da semana anterior à do Natal. Com isso, o Plenário do Congresso deverá se reunir até o dia 20 deste mês, para a votação final do Orçamento.

Tebet rejeita "açodamento" no exame de mudança na CLT

O projeto que flexibiliza a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já aprovado pela Câmara dos Deputados, será tratado no Senado normalmente, dentro das normas do Regimento e sem qualquer açodamento. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, para quem a matéria dificilmente será votada pelo Plenário ainda este ano, porque não haverá tempo suficiente.

O senador esclareceu que o regime de urgência urgentíssima para a tramitação de um projeto tem de ser proposto por 2/3 do Senado ou por líderes que representem esse número, o que, em sua avaliação, não deve ser conseguido no caso da flexibilização da CLT. Assim, antes de ir à decisão do Plenário, a proposta terá que tramitar pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais. Isso, observou, demanda tempo, o que o leva a acreditar que somente no ano que vem a matéria deverá ser examinada pelo Senado.

Ramez Tebet admitiu a possibi-



Ao lado de Aécio Neves, Ramez Tebet participa da missa de Natal do Congresso

lidade de autoconvocar o Congresso Nacional para depois do dia 15 de dezembro, data em que é iniciado o recesso, para a votação de matérias consideradas de grande interesse nacional, como a que trata do reajuste da tabela do Imposto de Renda.

MISSA DE NATAL

O Congresso Nacional realizou ontem a confraternização de encerramento do ano com a celebração da Missa do Natal do Senhor. Estiveram presentes os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, além de vários parlamentares. A missa foi celebrada no Salão Negro pelo arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, e contou com a participação do Coral do Senado.

Jucá elogia atuação do Sesc em favor de trabalhadores

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou projetos que estão sendo executados pelo Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc), com o fim de promover o crescimento cultural do trabalhador e o aumento de sua capacidade de absorver novas tecnologias.

Entre outros programas, Jucá citou o de Educação de Jovens e Adultos, de Capacitação de Professores, de Atualização de Conhecimentos e Requalificação Profissional, de Educação para o Trabalho, de Educação Infantil e de Formação do Cidadão.

O senador afirmou que as ações do Sesc não promovem somente educação profissional, mas estimulam a formação integral do cidadão, que deve "aprender a pensar criticamente". Os programas, disse, procuram preparar o aluno para o "exercício pleno da cidadania".

A elevação do desemprego, conforme explicou Jucá, motivou o Sesc a implementar programas "visando ao aumento da empregabilidade e laboralidade da sociedade". O senador ressaltou que o Sesc sempre definiu suas prioridades a partir das maiores necessidades do país.

Rocha critica intenção de reduzir verba da saúde

A intenção do Ministério da Fazenda de reduzir a destinação de recursos para a saúde pública recebeu críticas do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Em pronunciamento feito ontem, o senador anunciou que vai tentar garantir, durante a discussão do Orçamento



Sebastião Rocha também defende a adoção de modelo impositivo de orçamento

do Congresso, o R\$ 1,3 bilhão que, por meio de emenda constitucional, o Parlamento vinculou às receitas da União.

— Esta foi uma conquista do Congresso, e uma alteração aumentará o caos na saúde pública — afirmou o senador.

Sebastião Rocha defendeu a adoção de um modelo impositivo de orçamento que garanta a aplicação dos recursos fixados pelos

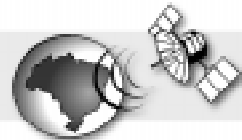
parlamentares. Ele disse esperar que o presidente da Câmara, Aécio Neves, "tome a decisão política de colocar em pauta este tema".

O senador reiterou o seu apoio, e o de seu partido, à fixação do salário mínimo em valor equivalente a US\$ 100 (cerca de R\$ 250).

— Enquanto o governo estralcha a Consolidação das Leis do Trabalho, vamos lutar para garantir fontes no Orçamento para o reajuste — afirmou.

Sebastião Rocha finalizou o discurso elogiando o ex-ministro dos Transportes Eliseu Padilha por ter destinado recursos para a manutenção da rodovia BR-156, a única estrada federal do Amapá.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Sebastião Rocha e o deputado Pedro Delgado falam sobre a Conferência Nacional da Saúde Mental
7h30 — Comissão de Relações Exteriores — Indicação de embaixadores para África do Sul, Bélgica e Argentina
8h45 — *Senado Informa* (ao vivo)
9h — CPI do Futebol — Votação do relatório e apreciação do voto em separado do senador Gilvam Borges
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão do São Francisco (gravado); Comissão de Assuntos Econômicos (gravado); Sessão Plenária (reapresentação)
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — CPI do Futebol — Votação do relatório e apreciação do voto em separado do senador Gilvam Borges (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviço
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviço
9h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes sucessos da música brasileira pré-Bossa Nova
10h — Sessão Plenária do Senado
13h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes sucessos da música brasileira pré-bossa nova (reprise)
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, Informação e Serviço
20h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes sucessos da música brasileira pré-bossa nova (reprise)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Improviso*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Marina cobra apuração rigorosa sobre morte de fiscal do Ibama

Com apoio de Heloísa Helena e Geraldo Cândido, senadora questiona versão apresentada pela Polícia Civil e diz que evidências apontam possibilidade de crime por vingança

Ao registrar o assassinato do fiscal do Ibama João Dantas de Brito, ocorrido no dia 30 de novembro, na própria residência do servidor, em Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, a senadora Marina Silva (PT-AC) contestou a versão que vem sendo trabalhada pela Polícia Civil daquele estado, de que teria ocorrido latrocínio. Ela disse que as evidências apontam para a possibilidade de o crime ter sido cometido por vingança de pessoas que tiveram seus interesses contrariados.

João Dantas de Brito, segundo a senadora, vinha comentando com colegas que teria sido vítima de ameaças de morte por pessoas atingidas pela fiscalização do Ibama, em virtude de projetos de carcinicultura (criação de camarões) irregulares. Na véspera de sua morte, ainda de acordo com Marina Silva, o fiscal teria sido orientado pelo gerente local do Ibama, Francisco Pandofe, a não



Marina Silva: "Idéias nunca podem ser assassinadas completamente"

fornecer informações para uma equipe do órgão de Brasília que estava no Rio Grande do Norte fazendo uma mega-operação para proteger os manguezais.

Marina disse que, na noite de 30 de novembro, quatro homens encapuzados renderam o porteiro do Ibama e invadiram a casa do fiscal, localizada dentro da área do órgão. "Eles o mataram com vários tiros, diante de sua esposa", prosseguiu a senadora. Os assassinos teriam levado três revólveres, munições para armas calibres 22, 32 e 38, uma carabina, R\$ 230 e uma máquina fotográfica. Em noticiário de TV, foi informado o furto de um notebook utilizado pelos fiscais do órgão.

A senadora pediu aos parlamentares do Nordeste respaldo político para as ações que o Ibama vem desenvolvendo e também para que a Polícia Federal investigue o caso e os assassinos possam ser punidos. Ela informou que na próxima segunda-feira participará de audiência pública para discutir o assunto, promovida pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte.

— Temos que continuar denunciando as atividades ofensivas à natureza, apesar das reações desse tipo. No Acre, conseguimos sobreviver. Mataram alguns, mas não a todos. Uma idéia nunca é passível de ser assassinada completamente. Continua sempre no coração e na mente dos que querem cumprir o seu dever. É dever do país a proteção de ecossistemas tão importantes — disse.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) lembrou que a impunidade fortalece o temor dos outros fiscais de desempenhar suas atividades. Ela pediu que o Senado estabeleça mecanismos para acompanhar a investigação de crimes como esse. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse ter conhecimento das agressões que a criação de camarões provoca no meio ambiente.

Senado examina recursos para o Rio São Francisco

O Senado inicia hoje a discussão de proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. De iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto recebeu parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta estabelece que o fundo durará 20 anos.

Também hoje o Senado decide se autoriza o município de Juiz de Fora (MG) a contratar operação de crédito de R\$ 6,8 milhões junto ao Banco ABN AMRO Real S.A., e delibera sobre concessões de funcionamento para cinco emissoras de rádio.

Antonio Carlos Júnior homenageia Roberto Marinho

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) prestou ontem sua homenagem ao jornalista Roberto Marinho, fundador das Organizações Globo, pela passagem dos seus 97 anos.



Antonio Carlos Júnior

Por estar cumprindo compromissos agendados, o senador não pôde estar presente no Plenário na terça-feira, quando o Senado parabenizou o jornalista, por iniciativa de Iris Rezende (PMDB-GO). Ele disse que como amigo da família não poderia deixar de expressar sua admiração.

Antonio Carlos Júnior lembrou a brilhante carreira do jornalista e empresário, que, com menos de 20 anos, assumiu a direção do jornal *O Globo*, em 1931. O senador afirmou que Roberto Marinho deu contribuição enorme para a cultura brasileira.

Senadores debatem com jornalista ética na política

Os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), líder do governo, e Marina Silva (PT-AC) debatem hoje com a jornalista Tereza Cruvinel, do jornal *O Globo*, o tema "Ética na Política". O debate será realizado às 13h30 no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal.

No mesmo local, às 11h, haverá a exibição do filme *A mulher faz o homem* (*Mr. Smith goes to Washington*), do diretor Frank Capra. Esses eventos são promovidos pelo gabinete de Marina Silva e pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado. Clássico premiado de 1939, o filme narra a história de um senador idealista, vindo de uma pequena cidade dos Estados Unidos, que luta sozinho contra implacáveis políticos reunidos para destruí-lo.

Bornhausen aplaude atuação de voluntários

Por ocasião do Dia Internacional do Voluntariado, comemorado ontem, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) parabenizou a todos os que contribuem para essa causa no Brasil. Ele informou que o país conta com mais de 140 centros de voluntários e citou pesquisa segundo a qual 18% dos adultos dedicam seu tempo, trabalho e talento a causas de interesse social.



Jorge Bornhausen: solidariedade para vencer dívida social

O senador acredita que o fato de a Organização das Nações Unidas (ONU) ter considerado 2001 o Ano Internacional do Voluntariado contribuiu para aumentar a adesão às causas sociais.

Bornhausen citou pessoas e entidades que recorrem à "solidariedade para vencer a dívida social", destacando a ação do recordista mundial de doação de sangue, o catarinense Orestes Golanovski, e o trabalho da Pastoral da Criança, liderado por Zilda Arns.

Cândido quer evitar termelétrica movida a carvão no estado do Rio

A construção de uma usina termelétrica movida a carvão no município de Itaguaí (RJ) foi qualificada ontem pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ) como um "atentado contra o meio ambiente". Ele conclamou a sociedade a se mobilizar para impedir a construção da usina.

— Trata-se de um investimento de US\$ 830 milhões em uma tecnologia obsoleta ao qual está associado a estatal Eletrobrás, a partir da criação de um consórcio que formará a política de preços da energia elétrica para inúmeros consumidores — afirmou.

Para o senador, não há explicação razoável, dos pontos de vista econômico e ambiental, que justifique a construção de um tipo de usina que coloca em risco o ecossistema de toda uma região. Ele explicou que, em Itaguaí, a termelétrica a carvão afetará diretamente pescadores e agricultores com o impacto de 320 mil toneladas anuais de cinzas que irão para o ar, além de 100 mil toneladas de cinzas pesadas e 500 mil toneladas de lama.

Cândido revelou que estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre os impactos ambientais da usina termelétrica apontou o lançamento diário de aproximadamente 120 toneladas de óxido de enxofre, além de cinco toneladas de particulados e outros poluentes. De acordo com o senador, para produzir 10 mil gigawatts por ano, a usina consumirá 3,5 milhões de toneladas de carvão importado, 23 mil toneladas de calcário e 2,8 milhões de litros de água doce por hora.

— Se esse projeto fosse apresentado na Itália não seria aprovado, dado o seu impacto ambiental. O equipamento da empresa italiana Enelpower, que será importado para o Brasil, está fabricado e estocado naquele país há anos. Além disso, o estudo de impacto ambiental da usina não apresenta a carga total de lançamento de poluentes e desconsidera os riscos de chuva ácida. Questões sérias como as emissões totais de dióxido de carbono não são tratadas — disse.



Segundo Geraldo Cândido, não há explicação razoável para usina que ameaça ecossistema

Audiência mostra divergências sobre capital estrangeiro nas TVs a cabo

A reunião, realizada por iniciativa da senadora Emilia Fernandes, foi promovida ontem pela Comissão de Educação para discutir projeto que garante a abertura do setor

A participação estrangeira no capital de empresas prestadoras de serviço de TV a cabo não é a única saída para o setor, afirmou ontem Antônio Carlos Valente, conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em audiência pública na Comissão de Educação. A reunião discutiu o projeto do senador licenciado Ney Suassuna (PMDB-PB) que propõe a abertura do setor.

Segundo Valente, empresas de TV a cabo estão passando por dificuldades. Nos últimos cinco anos, disse, os dois maiores grupos que operam no Brasil acumularam prejuízo de aproximadamente R\$ 2,5 milhões. A solução, observou, passa também pela flexibilização da Lei Geral das Telecomunicações.

Posições semelhantes foram manifestadas por Alexandre Annenberg, diretor da Associação Brasileira de TVs por Assinatura (ABRTA) e pelo senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA). Eles entendem que as chances de o Bra-



Representantes do governo e de empresas participaram da audiência

sil superar o atraso econômico, “credenciando-se para participar de um futuro em melhores condições” em relação aos países ricos, depende da decisão atual para construir sua “infovia”, ou seja, a infra-estrutura para novas modalidades de comunicação. Para isso, consideram decisiva a vinda de capitais externos.

Para Antonio Carlos Júnior, a produção do conteúdo que será veiculado pela TV a cabo e novas mídias é um processo inteiramen-

te independente da distribuição. No entanto, é nesse ponto que surgem as divergências quanto ao projeto de Suassuna. Evandro Guimarães, vice-presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), disse discordar de Antonio Carlos.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) considera que a matéria é essencialmente política e trata da soberania nacional. A participação do capital estrangeiro de forma minoritária no capital das

TVs a cabo foi admitida por Saturnino, “desde que submetida a salvaguarda sobre o conteúdo”.

Para o professor Murilo César Ramos, da Universidade de Brasília (UnB), o projeto é “absolutamente irrelevante para a compreensão do segmento de TV a cabo, quanto mais para o ambiente político-regulatório e de mercado da comunicação social eletrônica brasileira”.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que, antes de se pensar em abrir o capital das operadoras, seria necessário que fosse instalado o Conselho de Comunicação Social. Ela alertou para o fato de o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações não estarem equipados para fiscalizar a participação estrangeira nas empresas.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) ressaltou que as dificuldades enfrentadas pelo segmento devem-se, principalmente, aos problemas socioeconômicos da população brasileira.

Tuma destaca realizações de ex-presidente da Abav

Ao informar que no dia 10 o setor turístico prestará homenagem, em São Paulo, a Goiaci Alves Guimarães — que deixou recentemente a presidência da Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav) —, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou algumas das realizações da entidade de nos últimos quatro anos.

— Ele notabilizou-se na luta pela justa remuneração dos agentes de viagens; na sugestão de projetos de lei destinados a regulamentar atividades e instituir os princípios de responsabilidade civil no setor; na conquista de medidas judiciais liminares autorizando a adoção do sistema tributário simples para as agências de viagens; e na fixação da Expo-



Tuma lembrou conquistas obtidas por Goiaci Guimarães

sição Abav, a partir de 2003, como expressão do maior evento de turismo do continente americano.

A Abav, informou o senador, foi fundada há quase 50 anos e congrega 2.600 empresas, que juntas detêm 80% do mercado turístico nacional. Tuma afirmou que o

desempenho de Goiaci Guimarães fez com que ele indicasse o empresário Tasso Gadzanis como seu sucessor na presidência.

Outra das iniciativas do ex-presidente da organização elogiada por Tuma foi o investimento feito pela Abav para obter o perfil atualizado da categoria, no período em que a Embratur promoveu o cadastramento nacional das agências de viagens.

Lindberg anuncia ação coletiva contra a Ford

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) informou que os ex-distribuidores de veículos da marca Ford entrarão na Justiça com ação coletiva pedindo indenização da montadora norte-americana devido à política adotada em relação a concessionários brasileiros.

Com a perda de mercado no Brasil, a Ford — que detinha 25% da produção nacional de automóveis em 1985 e apenas 3,93% em agosto deste ano — impôs uma “política cruel que vem esmagando seus distribuidores”, disse o parlamentar.

Segundo o senador, 300 ex-distribuidores reuniram-se ontem na Câmara dos Deputados para debater a situação. Lindberg Cury



Lindberg: “Política cruel da Ford esmagou os distribuidores”

afirmou que a companhia vem recuperando mercado após campanha publicitária lançada em outubro, melhorando sua participação para 5% da produção. Mas, opinou, esse número ainda é pequeno para uma multinacional.

Um grupo de ex-distribuidores da Ford foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. Eles informaram sobre a ação que estão movendo contra a empresa multinacional.

Para o senador Lindberg Cury, que acompanhou a delegação, a Ford usa um “contrato de adesão leonino” que impossibilita aos concessionários sobreviver no mercado, levando muitos à falência.

Escritores de Mato Grosso homenageados por Carlos Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que os prêmios recebidos pelos escritores Tadeu Miura Borges, Maria Manuela Renha Novis, Fernando Tadeu e Ricardo Guilherme Dicke, conferidos pela União Brasileira de Escritores (UBE), demonstram a maturidade alcançada pela literatura mato-grossense.

Segundo disse, a premiação reconhece a “produção literária de indiscutível qualidade” fora das grandes capitais. A UBE, ressaltou, procura estar presente em todo o país, valorizando, estimulando e descobrindo novos talentos da literatura nacional.

O senador informou que Ricardo Guilherme Dicke recebeu o prêmio Alto Mérito Sociocultural, a homenagem mais importante, pela publicação do livro *O Salário dos Poetas*. O escritor, lembrou Carlos Bezerra, é colaborador da imprensa local e representa a literatura mato-grossense criativa e envolvente.

— A todos eles, nossas mais sinceras homenagens e os votos de que continuem a produzir obras literárias que a todos encantem — afirmou.

Senador elogia obra de artista plástico japonês

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou a exposição de quadros do artista japonês Taizi Harada, que podem ser vistos na galeria de arte do Centro Cultural Fiesp, em São Paulo, até 13 de janeiro. A mostra seguirá depois para o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Segundo Tuma, a obra de Harada “reflete a fraterna interação entre as paisagens nostálgicas do Japão, em um mundo ideal de vida e de formas, com profundo amor à natureza”. Como tema, o cotidiano do homem comum, o ambiente familiar e as crianças.

Tuma destacou que, apesar do nome da exposição, *Japão: Terra Natal*, o artista apresenta também quadros com paisagens brasileiras, frutos de sua passagem pelo Brasil no ano passado. Para o senador, a arte de Taizi Harada traz abordagem direta e peculiar dos componentes da vida contemporânea e é capaz de proporcionar prazer e transmitir paz interior.

— Enquanto convivemos com tamanhas atrocidades no mundo, a exposição de Taizi Harada nos remete a um mundo simples e universal, distante do conturbado cotidiano da sociedade moderna — afirmou Romeu Tuma.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Carlos Wilson, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti